

Tutela administrativa nas relações de consumo: a relevância do Projeto de Lei 5.916/2013 para a proteção dos vulneráveis e a efetividade do CDC

RDAl rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/200

Joseane Suzart Lopes da Silva Universidade Federal da Bahia (Salvador, Bahia, Brasil)  <https://orcid.org/0000-0002-6053-9089>

DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai/11.js>

Palavras-chave: Tutela administrativa, Consumidor, Vulnerabilidade, PL 5.916/13, Efetividade

Resumo

Trata o presente artigo sobre a importância da Tutela Administrativa nas Relações de Consumo e a relevância da aprovação do Projeto de Lei 5.916/2013 para o seu fortalecimento em prol da proteção dos mais vulneráveis. A hipótese central da pesquisa empreendida consiste em verificar se uma atuação mais profícua dos órgãos públicos, instituídos para o tratamento dos interesses e direitos dos destinatários de bens, geraria mais efetividade para o microsistema arregimentado pela Lei Federal 8.078/90, contribuindo adrede para amenizar a sobrecarga do aparato jurisdicional. Destina-se a primeira parte desta produção a abordar o princípio da intervenção estatal e a atuação do poder público na seara mercadológica nos espectros organizacional, político, normativo, fiscalizador e sancionador, transpondo-se a abordagem para a atual estrutura do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC). Em seguida, discorre-se sobre a atual configuração das sanções administrativas existentes no CDC e as inovações albergadas pelo Projeto de Lei no que concerne à ampliação do rol de penalidades que poderão incidir em face dos conflitos apresentados pelos interessados perante os aludidos órgãos públicos. Para a realização deste trabalho, optou-se pelos métodos hermenêutico, dialético e argumentativo, a vertente crítico-metodológica e as linhas de investigação jurídico-projetiva e jurídico-prospectiva. Realizou-se a pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, adotando-se a técnica da documentação indireta. Concluiu-se no sentido de que a aprovação do dito prospecto normativo colaborará para a maior concretude das disposições legais do diploma consumerista, bem como para a redução de litígios desnecessários no âmbito jurisdicional.

Downloads

Não há dados estatísticos.

Biografia do Autor

Joseane Suzart Lopes da Silva, Universidade Federal da Bahia (Salvador, Bahia, Brasil)

Promotora de Justiça do Consumidor de Salvador/BA. Professora Adjunta da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Mestre e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFBA. Diretora do BRASILCON para a Região Nordeste. Coordenadora Científica do Projeto de Extensão ABDECON/FDUFBA.
joseane.suzart@outlook.com

Referências

ALESSI, Renato. Sistema istituzionale del diritto amministrativo italiano. Milão: Giuffrè Editore, 1953.

ALEXY, Robert. Direitos fundamentais no Estado Constitucional Democrático. Trad. Luís Afonso Heck. Revista da Faculdade de Direito da UFRG, v. 16, 1999.

ALMEIDA, Carlos Ferreira de. Os direitos dos consumidores. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

ALPA, Guido. I diritto dei consumatore. Milano: CEDAM, 1998.

ALTERINI, Atilio A. Cómo desbaratar la protección del consumidor. *Ajuris*, Porto Alegre, v. I, 1998.

ALTERINI, Atilio A. Control de la publicidad y comercialización. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n. 12, 1994.

ÁLVAREZ, Carlos Lasarte. Manual sobre protección de consumidores y usuarios. 3. ed. rev. e atual. Madrid: Dykinson S.L, 2007.

AMARAL, Luiz Otavio. O código, a política e o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. In: MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno (Org.). *Doutrinas essenciais de direito do consumidor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. 6.

ANDRADE, Vitor Morais de. Sanções administrativas no Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Atlas, 2008.

AZEVEDO, Diego Ghiringhelli de. A efetividade das medidas administrativas do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio Grande do Sul. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v. 96, p. 325-350, nov.-dez. 2014.

AZEVEDO, Fernando Costa de. Considerações sobre o direito administrativo do consumidor. In: MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno (Org.). *Doutrinas Essenciais de direito do consumidor*. São Paulo: Ed. RT, 2011. v. 6.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Serviço público e poder de polícia: concessão e delegação. *Revista Trimestral de Direito Público*, São Paulo, n. 20, 1997.

BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2010.

BAUDRILLARD, Jean. O sistema dos objetos. 4. ed. Trad. Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo. A transformação das pessoas em mercadoria. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEAUCHARD, Jean. Droit de la distribution et de la consommation. Paris: PUF, 1996.

BECKER, Michael. Der unfaire Vertrag. Tübingen: Mohr, 2003.

BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos e; GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos Autores do Anteprojeto. 10. ed. rev. atual. e reform. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos e; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de direito do consumidor. 2. ed. São Paulo: Ed. RT, 2009.

BESSA, Leonardo Roscoe. O consumidor e seus direitos: ao alcance de todos. 3. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.

BESSA, Leonardo Roscoe; BENJAMIN, Antonio Herman V.; MARQUES, Claudia Lima. Manual de direito do consumidor. 5. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Ed. RT, 2012.

BEVILÁQUA, Clóvis. Código Civil (LGL2002400). Rio de Janeiro: Editora Rio, 1958.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOTANA GARCÍA, Gena; RUIZ MUÑOZ, Miguel (Coord.). Curso sobre protección jurídica de los consumidores. Madrid: McGraw-Hill, 1999.

BOURDIER, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURGOIGNIE, Thierry. Éléments pour une Théorie du Droit de la Consommation. Bruxelles: Story Scientia, 1988 (Coll. Droit et consommation, XVI).

CALAIS-AULOY, Jean; STEINMETZ, Frank Steinmetz. Droit de la consommation. 7. ed. Paris: Dalloz, 2006.

CALMON, Petrônio. Fundamentos da mediação e da conciliação. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

CAMPBELL, Colin. A ética romântica e o espírito do consumismo moderno. Trad. Mauro Gama. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CANARIS, Claus-Wilhelm. Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito. 4. ed. Trad. A. Menezes Cordeiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2008.

CANCLINI, N. G. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional. 5. ed. Coimbra: Almedina, 1991.

CARNEIRO DE FRADA, Manuel António de Castro Portugal. Teoria da confiança e responsabilidade civil. Coimbra: Almedina, 2007.

CAS, Gérard; FERRIER, Didier. Droit de la consommation. Paris: Presses Universitaire de France, 1986.

COMPARATO, Fábio Konder. A proteção do consumidor: importante capítulo do direito econômico. Revista da Consultoria Geral do Estado do RS, Porto Alegre, n. 6, p. 85-105, 1976.

COUTO E SILVA, Clóvis. A obrigação como processo. Porto Alegre: UFRGS, 1964.

DENARI, Zelmo. Das sanções administrativas. In: GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR. Defesa do Consumidor na América Latina: Atlas Geopolítico. Brasília: Artcor Gráfica e Editora, 2005.

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR. A Defesa do Consumidor na Argentina, no Brasil, no Paraguai e no Peru: uma análise comparativa. Brasília: Artcor Gráfica e Editora, 2007.

DÍEZ-PICAZO, Luis Maria. Sistema de derechos fundamentales. 3. ed. Madri: Thomson Civitas, 2008.

ENTERRÍA, G. Curso de direito administrativo. Trad. Arnaldo Setti. São Paulo: Ed. RT, 1991.

EPSTEIN, David; NICKLES, Steven. Consumer law. 2. ed. West Publishing Co., 1990.

ESSER, Joseph. Principio y norma en la elaboración jurisprudencial del derecho privado. Trad. Eduardo Valentí Fiol. Barcelona: Bosch, 1961.

FARINA, Juan M. Defensa del consumidor y del usuario. 3. ed. actual y ampl. Buenos Aires: Astrea, 2004.

FEATHERSTONE, Mike. Cultura de consumo e pós-modernismo. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERRES, Dionisio Moreno. A municipalização da proteção e defesa do consumidor como política pública de desenvolvimento democrático, econômico e social. In: FILOMENO, José Geraldo Brito (Org.). Tutela administrativa do consumidor: atuação dos Procons, legislação, doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2015.

FERRIER, Didier. La protection des consommateurs. Paris: Dalloz, 1996.

FORSTHOFF, Ernst. Problemas constitucionales del Estado Social. In: ABENDROTH, Wolfgang, FORSTHOFF, Ernst; DOEHRING, Karl. El Estado Social. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1986. p. 45.

GHERSI, Carlos A. Contratos civiles y comerciales. 5. ed. Buenos Aires: Astrea, 2002.

GHERSI, Carlos A. Tutela del consumidor. Argentina: Ediciones Jurídicas Cuyo, 2004. v. 2.

GOMES, Orlando. Contratos. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

GOMES, Ana Paula Araújo; MENDONÇA, Maria Lírida Calou de Araújo. A tutela administrativa do consumidor pelo Procon e as Perspectivas do Projeto de Lei 5.196/2013. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, v. 107, p. 243-290, set.-out. 2016.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Ação civil pública – Serviços de atendimento ao cliente – Anatel – Procons Estaduais – Conflito de atribuições. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 925. nov. 2012.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

GUESTIN, Jacques. L'utile et le juste dans le contrat. Recueil Dalloz, Paris, Dalloz, 1^o caderno, Chronique, p. 1-10, 1962.

GUESTIN, Jacques; DESCHÉ, Bernard. Traité des contrats: la vente. Paris: L.G.D.J., 1990.

HESSE, Konrad. Derecho constitucional y derecho privado. Madrid: Civitas, 1995.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. Teoria da cultura de massa. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

JAIME, Susana Lorenzo de Viega. Sanciones administrativas. Montevideo: Julio Cesar Faria, 1996.

JAMESON, Fredric. O pós-modernismo e o mercado. Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

JAUERNING, Othmar et al. Bürgerliches Gesetzbuch. 7. ed. Munique: Beck, 1994.

LARENZ, Karl. Derecho civil: parte general. Trad. Jaime Santos Briz. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1958.

LARENZ, Karl. Derecho de obligaciones. Trad. Jaime Santos Briz. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1958. t. I.

LARENZ, Karl. Metodologia da ciência do direito. 3. ed. Trad. José Lamago. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1991.

L'HEUREUX, Nicole. Droit de la consommation. 3. ed. Montreal: Wilson&Lafleur Itée, 1986.

L'HEUREUX, Nicole. Droit de la consommation. 4. ed. Québec: Les Editions Yvon Blais, 1993.

LAUBADÈRE, André de. Traité de droit administratif. 6. ed. 1975. v. 1.

LAZZARINI, Álvaro. Tutela administrativa e relações de consumo. In: MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno (Org.). Doutrinas essenciais de direito do consumidor. São Paulo: Ed. RT, 2012. v. 6.

LORENZETTI, Ricardo Luis. Consumidores. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni Editores, 2005.

LORENZETTI, Ricardo Luis; MARQUES, Claudia Lima. Contratos de servicios a los consumidores. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni Editores, 2005.

LORENZETTI, Ricardo Luis; MOSSET ITURRASPE, Jorge. Defensa del consumidor. Santa Fé: Rubinzal-Culzoni, 1994.

LORENZETTI, Ricardo Luis; SCHÖTZ, Gustavo Juan. Defensa del consumidor. Buenos Aires: Depalma, 1998.

LOUZADA, Vanessa Vilarino. Atividade fiscalizatória do Procon: balizas a serem advertidas. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo, São Paulo, v. 31, jan. 2013.

LOVECE, Graciela; OCIO, Alejandro Mario García. Derechos del consumidor. Buenos Aires: La Ley, 2005.

LUC-AUBERT. Notions et rôles de l'offre et de l'acceptation dans la formation du contrat. Paris: L.G.D.J., 1970.

MARINONI, Luis Guilherme. A tutela específica do consumidor. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, v. 50, abr.-jun. 2004.

MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis. São Paulo: Ed. RT, 2012.

MARQUES, Claudia Lima. Comentário ao art. 38 do CDC (LGL199040). In: MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman V; MIRAGEM, Bruno. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Ed. RT, 2013.

MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos e; MIRAGEM, Bruno. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Ed. RT, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Ato administrativo e procedimento administrativo. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Tratado de direito administrativo. São Paulo: Ed. RT, 2014.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Abuso de direito e a constitucionalização do direito privado. São Paulo: Malheiros, 2010.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Estudos de direito administrativo neoconstitucional. São Paulo: Malheiros, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Regulação administrativa à Luz da Constituição Federal. São Paulo: Malheiros, 2017.

MAYER, Otto. Le Droit Administratif Allemand. Paris: Libraire-Editeurs, 1904. t. II.

MAZEUD, Denis. Responsabilidad contractual y responsabilidad extracontractual: el futuro de la distinción en el Derecho Francés. Trad. Carmen Domínguez Hidalgo. Tercera Jornada El sistema de responsabilidad civil contractual y extracontractual: actualidad y utilidad de la distinción. Revista Anales Derecho UC, Santiago, mar. 2008.

MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. São Paulo: Ed. RT, 1988.

MAZZILLI, Hugo Nigro. O inquérito civil. São Paulo: Saraiva, 1999.

MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. 17 ed. São Paulo: Ed. RT, 2013.

MEDAUAR, Odete. Sanção administrativa em geral e no Código de Defesa do Consumidor. In: FILOMENO, José Geraldo Brito (Org.). Tutela administrativa do consumidor: atuação dos Procons, legislação, doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2015.

MENEZES CORDEIRO, António Manuel da Rocha e. A boa fé no direito civil. Coimbra: Almedina, 2001.

MESSINEO, Francesco. Il contratto in genere. In: MESSINEO, Francesco; CICU, Antonio (Dir.). Trattato di Diritto Civile e Commerciale. Milão: Giuffrè, 1968. v. XXI. t. I.

MINERVINI, Enrico. Tutela del consumatore clausole vessatorie. Milano: Edizione Scientifiche Italiane, 2009.

MIRAGEM, Bruno Miragem. Curso de direito do consumidor. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Ed. RT, 2010.

MIRAGEM, Bruno Miragem. O direito do consumidor como direito fundamental-consequências jurídicas de um conceito. In: MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno (Org.). Doutrinas essenciais de direito do consumidor. São Paulo: Ed. RT, 2011. v. 37.

MIRAGEM, Bruno Miragem. Comentários aos arts. 55 a 60 do CDC (LGL199040). In: MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos; MIRAGEM, Bruno. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Ed. RT, 2013.

- MIRAGEM, Bruno Miragem. Direito do consumidor. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Ed. RT, 2012.
- MIRAGEM, Bruno Miragem. Comentários ao REsp. 1.087.892/SP. Competência administrativa concorrente de fiscalização e repressão de infrações pelos órgãos administrativos de defesa do consumidor. Limites ao exercício do poder de polícia administrativo e efetividade da proteção do consumidor. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, v. 20, n. 70, p. 431-454, jan.-mar. 2011.
- MIYAZAKI, Elisete Rodrigues; FORNAZARO, Maria Inês. O Procon de São Paulo: origens, evolução e atribuições. In: FILOMENO, José Geraldo Brito (Org.). Tutela administrativa do consumidor: atuação dos Procons, legislação, doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2015.
- MORAES, Paulo Valério Dal Pai. Código de Defesa do Consumidor: o princípio da vulnerabilidade no contrato, na publicidade, nas demais práticas comerciais. 3. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.
- MORELLO, Augusto M. Dinámica del contrato. La Plata: Platense, 1985.
- MOSSET ITURRASPE, Jorge; LOREZETTI, Ricardo. Defensa del consumidor. Santa Fé: Rubinzal-Culzoni, 1994.
- MOSSET ITURRASPE, Jorge; WAJNTRAUB, Javier H; GOZAINI, Osvaldo A. Ley de Defensa del Consumidor. Ley 24.240 (modif por leys 24.658, 24.787, 24.999 y 26.361). Santa Fé: Rubinzal-Culzoni, 2008.
- OLIVEIRA, Amanda Flávia de. O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – Histórico. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, v. 44, p. 97-105, out. 2002.
- OSÓRIO, Fábio Medina. Direito administrativo sancionador. 2. ed. São Paulo: Ed. RT, 2005.
- OSSOLA, Federico Alejandro; VALLESPINOS, Carlos Gustavo. La obligación de informar en los contratos. Consentimiento informado. Derechos del consumidor. Buenos Aires: Hammurabi, 2010.
- PASQUALOTTO, Adalberto. Sobre o plano nacional de consumo e cidadania e a vulnerabilidade política dos consumidores. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, vol. 87, maio-jun. 2013.
- PEYRANO, Jorge; WHITE, Inés Lépori. (Coord.). Cargas probatorias dinámicas. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni Editores, s/a.
- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcante. Tratado de direito privado. São Paulo: Ed. RT, 2012. v. 38.

PRUX, Oscar Ivan. Os 25 anos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, sua história e as novas perspectivas para o século XXI. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v. 25, n. 104, p. 17-63, mar.-abr. 2016.

RÊGO, Lúcia. *A Tutela administrativa do consumidor*. São Paulo: Ed. RT, 2007.

RIBEIRO, Joaquim de Sousa. *Direito dos contratos*. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

ROCHA, Amélia Soares da; TORRES, Ismael Braz. O direito do consumidor e as novas tecnologias: sistema nacional de Informações de defesa do consumidor – Sindec. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza, 09, 10, 11 e 12 de junho de 2010.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Sanções administrativas no Código de Defesa do Consumidor*. Salvador: Editora JusPodivm, 2009.

ROJO, Angel; RIO, Fernández. *La responsabilidad civil del fabricante*. Bolonha: Real Colegio de España, 1974.

SAMPAIO, Maria Lumena Balaben. A tutela administrativa do consumidor: Procon- do atendimento à solução de um conflito na relação de consumo. In: FILOMENO, José Geraldo Brito (Org.). *Tutela administrativa do consumidor: atuação dos Procons, legislação, doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Atlas, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. Direitos fundamentais e direito privado: algumas considerações em torno da vinculação dos particulares aos direitos fundamentais. In: MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno (Org.). *Doutrinas essenciais de direito do consumidor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. 2.

SARMENTO, Daniel. A vinculação dos particulares aos direitos fundamentais: o debate teórico e a jurisprudência do STF. In: LEITE, Ingo Sarlet Wolfgang; CARBONELL, Miguel (Org.). *Direitos, deveres e garantias fundamentais*. Salvador: JusPodivm, 2011.

SIDOU, J. M. Othon. *Proteção ao consumidor: quadro jurídico universal, responsabilidade do produtor no direito convencional, cláusulas contratuais abusivas, problemática brasileira, esboço de lei*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

SODRÉ, Marcelo Gomes. *A construção do direito do consumidor*. São Paulo: Atlas, 2009.

SODRÉ, Marcelo Gomes. *Formação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Ed. RT, 2007.

STIGLITZ, Gabriel A. (Dir.). *Derecho del consumidor*. Argentina: Editorial Juris, 2003. v. 13.

STIGLITZ, Gabriel A. *Protección del consumidor*. Buenos Aires: Depalma, 1990.

STIGLITZ, Gabriel A. *Protección jurídica. Ley del Consumidor*. Buenos Aires: Depalma, 1990.

STIGLITZ, Gabriel A. Reglas para la defensa de los consumidores y usuarios. Rosário: Juris, 1991.

TAVARES, Fernando Horta. Mediação & conciliação. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

VERSTERGAARD, Torben; SCHRODER, Kim. A linguagem da propaganda. Trad. João Alves dos Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VINEY, Geneviève. Les obligations. La responsabilité: conditions. In: GUESTIN, Jacques (Dir.). Traité de Droit Civil. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1982.

ZANOBINI, Guido. La sanzioni amministrative. Torino: Giuffrè, 1924.

ISSN 2526-8120

11 | RDAI

outubro / dezembro 2019

REVISTA DE

DIREITO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA

Journal of Public Law and Infrastructure

Publicado

2019-09-30

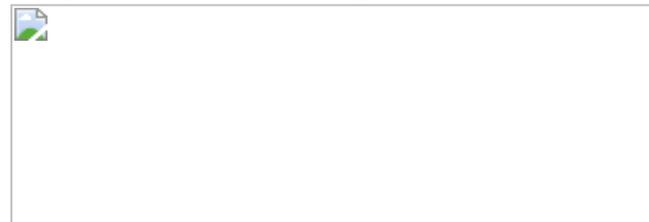
Edição

v. 3 n. 11 (2019).

Seção

Artigos

Este periódico é licenciado por



(CC BY-NC-ND). A submissão e a publicação de artigos são gratuitos;
avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio);
e cumpre com o Guia dos Editores da *COPE*;

Committee on Publication Ethics, além das recomendações Elsevier e SciELO.

Confira as Regras para a submissão e avaliação da RDA.